



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE SÃO BORJA EM 16.08.2016

Aos 16 dias do mês de agosto de 2016, compareceu à sede da Vara do Trabalho de São Borja o Excelentíssimo Senhor **MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO**, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0004085-37.2016.5.04.0000 (PA). O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidos pelo Juiz Titular Adair João Magnaguagno, pelo Diretor de Secretaria Aparicio Brasil Cabral Neto e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 19.04.1990

Data da última correição realizada: 04.08.2015

Data de Implantação do PJe: 03.09.2015

Jurisdição: Garruchos, Itaqui, Maçambará, Santo Antônio das Missões e São Borja

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2015 a 16.08.2016

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

| Juiz (a) | Situação | Período |
|------------------------|---------------------|------------------|
| Adair João Magnaguagno | Juiz Titular | Desde 28.11.2014 |

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 04.08.2016)

2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 04/2016, da Corregedoria Regional deste TRT, a Vara do Trabalho de São Borja pertence à 101ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição tem regime de lotação singular.

2.1.3 Juizes que Atuaram no Período Correcionado

| | Juiz (a) | Período(s) | Situação/Motivo | Total |
|---|-------------------------------|------------------|-----------------|----------------------------|
| 1 | Adair João Magnaguagno | Desde 28.11.2014 | Juiz Titular | 01 ano, 08 meses e 19 dias |



| | | | | |
|---|---|--------------------|---|------------------|
| 2 | Denilson da Silva Mroginski (Juiz do Trabalho Substituto) | 20.07 a 02.08.2015 | Atuou em razão das férias do Juiz Titular | 13 dias |
| | | 18.07 a 31.07.2016 | Atuou em razão das férias do Juiz Titular | 14 dias |
| 3 | Jaqueline Maria Menta (Juíza do Trabalho Substituta) | 07.01 a 09.02.2016 | Atuou em razão das férias do Juiz Titular | 01 mês e 03 dias |
| 4 | Fernando Formolo (Juiz Titular da VT de Santiago) | 11.07 a 17.07.2016 | Atuou em razão das férias do Juiz Titular | 07 dias |

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 04.08.2016)

2.1.4 Afastamentos do Juiz Titular durante o Período Correcionado

| Juiz (a) | | Motivo | Dias de Afastamento | Total |
|----------|-------------------------------|--------|---------------------|---------|
| Titular | Adair João Magnaguagno | Férias | 07.01 a 05.02.2015 | 30 dias |
| | | Férias | 20.07 a 02.08.2015 | 14 dias |
| | | Férias | 07.01 a 09.02.2016 | 34 dias |
| | | Férias | 11.07 a 31.07.2016 | 21 dias |

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 04.08.2016)

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

Considerando o que consta do Provimento CGJT nº 02/2015 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, na recomendação contida na Ata de Correição Ordinária da CGJT realizada na 4ª Região em 2015, e ainda conforme os Processos Administrativos nº 0003511-48.2015.5.04.0000 e nº 0004510-98.2015.5.04.0000, restou determinado, dentre outros aspectos, que a lotação de pessoal ocorrerá exclusivamente em Vara do Trabalho quando na circunscrição houver Posto Avançado. Assim, os servidores anteriormente lotados em Postos Avançados vinculados à Vara única foram relotados na respectiva Vara, e os servidores lotados em Postos vinculados a Foro Trabalhista, foram distribuídos proporcionalmente entre as respectivas Varas. Assim, cada Posto Avançado funcionará com servidores lotados em Varas colocados à sua disposição.

Apresenta-se na tabela a seguir parte da nova estrutura organizacional com lista de pessoal da Vara do Trabalho de São Borja, onde constam também os servidores que atualmente estão à disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Itaqui.

Servidores lotados na Vara do Trabalho de São Borja



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

| Servidor (a) | Cargo | Função | Data de Exercício na Unidade Judiciária |
|--------------|-----------------------------|--|---|
| 1 | Aparicio Brasil Cabral Neto | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Diretor de Secretaria (CJ3) 07.01.2000 |
| 2 | Deborah Graciano Martin | Analista Judiciário – Área Judiciária | Assistente de Juiz Titular (FC05) 04.12.2014 |
| - | Lenita Teresinha Dall Igna | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Assistente de Juiz Substituto (FC05) 27.04.2015 |
| 3 | Vinicius Torbitz Palmeiro | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Assistente de Diretor de Secretaria (FC04) 24.05.2007 |
| 4 | Ederson Caetano da Silva | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Secretário de Audiência (FC03) 06.06.1997 |
| 5 | Marluzy da Silva Likes | Analista Judiciário – Área Judiciária | Assistente (FC02) 04.09.2012 |
| 6 | Roberta Zanandrea Contin | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Assistente (FC02) 18.11.2013 |
| 7 | Silvio de Oliveira | Analista Judiciário – Área Judiciária | - 25.11.2010 |
| - | Roberto Tomoyochi Kawano | Analista Judiciário-Oficial de Justiça Avaliador Federal | - 26.09.2013 |

Servidores lotados na Vara do Trabalho de São Borja à Disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Itaquí

| Servidor (a) | Cargo | Função | Data de Exercício na Unidade Judiciária |
|--------------|-------------------------|--|---|
| 1 | Margaret Leonora Kayser | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Assistente Chefe de Posto (FC05) 02.12.2009 |
| 2 | Leandro Fraga Bergmann | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Assistente FC02 19.05.2014 |



| | | | | |
|---|-------------------------|---|------------------------|------------|
| 3 | Janice Dal Santo da Ros | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Assistente FC02 | 07.01.2016 |
|---|-------------------------|---|------------------------|------------|

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 14.07.2016)

* A servidora Janice Dal Santo da Ros, muito embora esteja lotada no Posto, trabalha na Vara de São Borja.

No posto de Itaqui estão trabalhando apenas dois servidores e um estagiário.

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

| Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015) | Faixa Processual (Resolução nº 63/2010) | Lotação na Unidade Judiciária | Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010) |
|---|---|----------------------------------|---|
| 833,33 | 751-1.000 | 10 | 9 a 10 |

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando o cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior. A Administração estabeleceu como diretriz a utilização do número máximo de servidores previsto na Resolução CSJT 63/2010, sempre que possível, para cada faixa de movimentação processual das Varas do Trabalho.

Com base no exposto, o número atual de servidores da Vara do Trabalho de São Borja está dentro dos parâmetros previstos nas referidas normas.

Há que se ressaltar, no entanto: a) diante da publicação recente do Provimento CGJT nº 02/2015 determinando a relocação de servidores dos Postos Avançados nas Varas Trabalhistas da respectiva circunscrição e b) o conseqüente e necessário retorno dos processos então distribuídos aos Postos Avançados para as respectivas Varas - que as faixas processuais e a adequação de lotação das Unidades Judiciárias constantes da Resolução CSJT nº 63/2010 e alterações posteriores carecerão de análise.

Nesse sentido, visando fazer frente aos dados administrativos e judiciários advindos da tomada em conjunto de informações a partir do momento presente, buscar-se-á ajustar o dimensionamento da estrutura de pessoal à nova realidade imposta pela concentração de registro dos processos trabalhistas em Varas.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

| Servidores lotados na Vara do Trabalho de São Borja | | | |
|---|---|---------------------|----------|
| Servidor(a) | Motivo | Dias de Afastamento | Total |
| Aparicio Brasil Cabral Neto | Cursos ou eventos | 6 | 7 dias |
| | Licença para Tratamento de Saúde (LTS) | 1 | |
| Deborah Graciano Martin | Cursos ou eventos | 1 | 1 dia |
| Lenita Teresinha Dall Igna *Desde 27.04.2015 | Cursos ou eventos | 1 | 1 dia |
| Vinicius Torbitz Palmeiro | Cursos ou eventos | 5 | 5 dias |
| Ederson Caetano da Silva | Cursos ou eventos | 1 | 1 dia |
| Marluzy da Silva Likes | Licença-Gestante (LG) | 51 | 111 dias |
| | Gestante Prorrogação (LG) | 60 | |
| Roberta Zanandrea Contin | Licença-Gestante (LG) | 120 | 180 dias |
| | Gestante Prorrogação (LG) | 60 | |
| Silvio de Oliveira | Cursos ou eventos | 2 | 85 dias |
| | Curso Parcial | 1 | |
| | Doença em Pessoa da Família (LPF) | 5 | |
| | Licença para tratar interesses particulares com contribuição (LTIP) | 75 | |
| | Licença para Tratamento de Saúde (LTS) | 2 | |
| Roberto Tomoyochi Kawano | Cursos ou eventos | 1 | 1 dia |

| Servidores lotados na Vara do Trabalho de São Borja à Disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Itaquí | | | |
|---|-------------------|---------------------|---------|
| Servidor(a) | Motivo | Dias de Afastamento | Total |
| Margaret Leonora Kayser | Cursos ou eventos | 10 | 10 dias |
| Leandro Fraga Bergmann | Cursos ou eventos | 5 | 6 dias |
| | Curso Parcial | 1 | |
| Janice Dal Santo Da Ros *Desde 07.01.2016 | - | - | - |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 18.07.2016)

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.



2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

| Vara do Trabalho de São Borja | | | | | |
|-------------------------------|------------------------|---------------|--|---------------------------|---|
| Servidor (a) | Data de Lotação | Data de Saída | Tempo de Permanência na Unidade Judiciária | Motivo da Saída | |
| 1 | Marcia Cantelli Pinto* | 18.03.2014 | 12.04.2015 | 1 ano e 25 dias | Lotação na 2ª Vara do Trabalho de Santa Rosa – Assistente de Juiz Substituto (FC05) |
| 2 | Silvio De Oliveira | 26.11.2010 | 18.07.2016 | 5 anos, 7 meses e 23 dias | Lotação no PAJT de Itaqui |
| 3 | Guilherme Steigleder | 05.08.2013 | 21.10.2015 | 2 anos, 2 meses e 17 dias | Lotação no PAJT de Tramandaí – Assistente (FC02) |
| 4 | Tiago Girardi Bairros | 14.07.2014 | 25.02.2016 | 1 ano, 7 meses e 12 dias | Lotação na Central de mandados de Santa Rosa |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 20.07.2016)

*A servidora já ocupava a função de Assistente de Juiz Substituto (FC05) na Unidade Judiciária correccionada.

| Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Itaqui | | | | | |
|---|------------------------------|---------------|--|----------------------------|--|
| Servidor (a) | Data de Lotação | Data de Saída | Tempo de Permanência na Unidade Judiciária | Motivo da Saída | |
| 1 | Fernanda Taborda Maier Silva | 13.02.2015 | 30.03.2015 | 01 mês e 18 dias | Lotação na VT de Cruz Alta – Assistente de Juiz Titular (FC05) |
| 4 | Alex Bernardes | 08.08.2014 | 12.10.2015 | 01 ano, 02 meses e 05 dias | Lotação na 29ª VT de Porto Alegre – Secretário de Audiência (FC03) |



| | | | | | |
|---|--------------------------|------------|------------|--------------------|--|
| 5 | Fernanda Muenzer Pereira | 09.06.2015 | 01.09.2015 | 02 meses e 23 dias | Lotação na 17ª VT de Porto Alegre – Secretária de Audiência (FC03) |
|---|--------------------------|------------|------------|--------------------|--|

2.2.5 Estagiários

Atualmente a Vara do Trabalho de São Borja não conta com estagiário. Há previsão de chegada de um estagiário a partir de 01.09.2016, conforme relatou o Diretor.

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a Vara do Trabalho de São Borja foi enquadrada na faixa de movimentação processual de 751 a 1.000 processos por ano. Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de toda as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

| Unidades Judiciárias com 751 a 1.000 processos por ano | 2013 | 2014 | 2015 | Média |
|--|--------|--------|--------|--------|
| | 954 | 1.070 | 912 | 978,67 |
| Encantado - 01a Vara | 1.122 | 593 | 760 | 825,00 |
| Erechim - 01a Vara | 589 | 904 | 967 | 820,00 |
| Erechim - 02a Vara | 553 | 914 | 963 | 810,00 |
| Erechim - 03a Vara | 971 | 908 | 976 | 951,67 |
| Esteio - 01a Vara | 723 | 779 | 841 | 781,00 |
| Esteio - 02a Vara | 777 | 782 | 887 | 815,33 |
| Estrela - 01a Vara | 931,67 | 931,67 | 931,67 | 931,67 |
| Estrela - 02a Vara | 931,67 | 931,67 | 931,67 | 931,67 |
| Frederico Westphalen - 01a Vara | 757 | 959 | 926 | 880,67 |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|---------------|
| Rio Grande - 01a Vara | 738 | 802 | 1.009 | 849,67 |
| Rio Grande - 02a Vara | 727 | 858 | 1.023 | 869,33 |
| Rio Grande - 03a Vara | 820 | 820 | 1.083 | 907,67 |
| Rio Grande - 04a Vara | 776 | 868 | 1.062 | 902,00 |
| Santa Pana do Livramento - 01a Vara | 719 | 812 | 755 | 762,00 |
| Santa Rosa - 01a Vara | 610 | 727 | 1.018 | 785,00 |
| Santa Rosa - 02a Vara | 632 | 694 | 1.002 | 776,00 |
| São Borja – 01ª Vara | 919* | 787* | 794* | 833,33 |
| Sapucaia do Sul - 01a Vara | 955 | 979 | 1.004 | 979,33 |
| Sapucaia do Sul - 02a Vara | 939 | 969 | 1.012 | 973,33 |
| Soledade - 01a Vara | 837 | 936 | 821 | 864,67 |
| Vacaria - 01a Vara | 838 | 970 | 813 | 873,67 |
| Unidades com 701 a 1.000 processos por ano | 17.819 | 18.994 | 20.491 | 868,26 |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

* Estão inclusos nesse número os casos novos do PAJT de Itaquí

3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

| Situação | 2014 | 2015 | Variação 2014-2015 | 2016 (até 30.06) | Variação 2015- 2016 |
|--|--------------|--------------|-----------------------|---------------------|---------------------------|
| Pendentes de finalização na fase de conhecimento* | 948 | 954 | 0,63% | 885 | -7,23% |
| Pendentes de finalização na fase de liquidação** | 110 | 123 | 11,82% | 94 | -23,58% |
| Pendentes de finalização na fase de execução*** | 1.406 | 1.392 | -1,00% | 1.394 | 0,14% |
| Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução | 37 | 37 | 0,00% | 27 | -27,03% |
| Total | 2.501 | 2.506 | 0,20% | 2.400 | -4,23% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b)



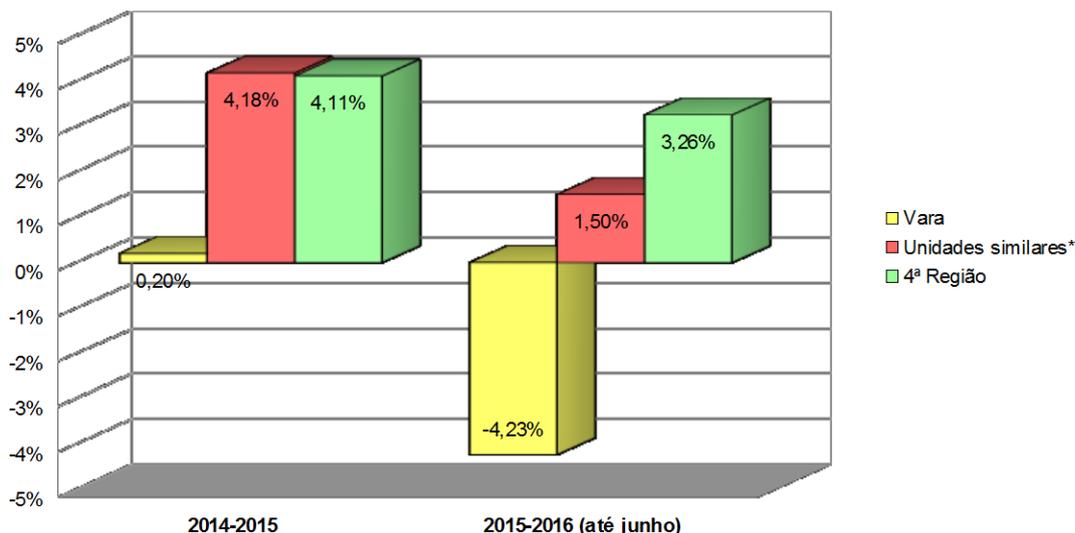
arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

**** **Estão inclusos nesse número os casos novos do PAJT de Itaquí**

No ano de 2015 praticamente não houve variação no número de processos tramitando na Unidade Judiciária, diferentemente do que ocorreu com as demais Unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, em que houve aumento de 4,18% no estoque de processo em tramitação, e com a média de toda 4ª Região no período, que registrou elevação de 4,11% dos processos em tramitação.

Ademais, no período de janeiro a junho de 2016, o estoque de processos tramitando recuou 4,23%, resultado melhor que a média das Unidades com tramitação processual entre 751 e 1.000 processos por ano, bem como à média regional no período, como aponta o gráfico abaixo.

Varição do acervo de processos tramitando



3.3 FASE DE CONHECIMENTO

3.3.1 Processos Pendentes de Solução

| | 2014 | 2015 | Varição 2014-2015 | 2016 (até 30.06) | Varição 2015-2016 |
|---|------------|------------|-------------------|------------------|-------------------|
| Casos novos | 787 | 794 | 0,89% | 386 | -51,39% |
| Sentença Anulada/Reformada | 5 | 4 | -20,00% | 1 | -75,00% |
| Processos solucionados (com e sem resolução de mérito) | 792 | 824 | 4,04% | 397 | -51,82% |
| Processos pendentes de solução | 413 | 360 | -12,83% | 352 | -2,22% |

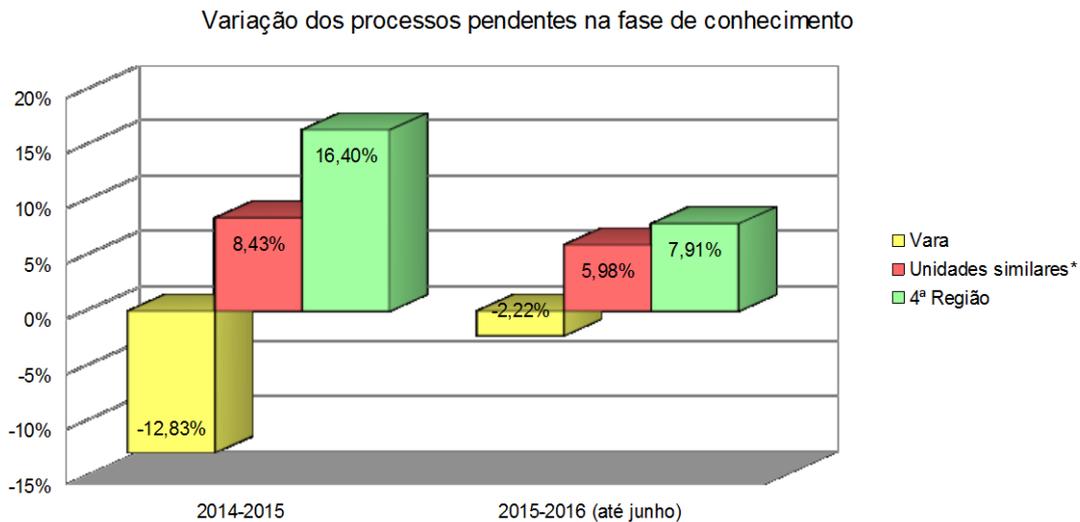
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016.

* **Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito**



No ano de 2015, registrou-se uma redução de 12,83% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 413 para 360 processos). Referida queda destoava da média das unidades de mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram uma elevação de 8,43% em seus processos pendentes) e à média de todo o Regional (em que o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%). O principal motivo para este recuo no estoque da Unidade foi o aumento de 4,04% no número de processos solucionados no ano 2015.

Outrossim, os dados do primeiro semestre de 2016 apontam um novo recuo de 2,22% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento. Esse índice foi qualitativamente superior à média das unidades com tramitação processual similar, que experimentou aumento de 5,98%, e também à média de toda a 4ª Região no mesmo período de 2016, que totalizou aumento de 7,91%, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Ainda, quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2015 (59,17%). Além disso, no período de 31.12.2014 a 31.12.2015 houve aumento na quantidade de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade no percentual de 20,59%, passando de 34 para 41 processos. Especificações no quadro abaixo:

| Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento | | | | | |
|--|------|------|-------------------|------------------|-------------------|
| | 2014 | 2015 | Varição 2014-2015 | 2016 (até 30.06) | Varição 2015-2016 |
| Aguardando 1ª sessão de audiência | 104 | 48 | -53,85% | 83 | 72,92% |
| Aguardando encerramento da instrução | 235 | 213 | -9,36% | 178 | -16,43% |



| | | | | | |
|--|------------|------------|----------------|------------|---------------|
| Aguardando prolação de sentença – no prazo | 40 | 58 | 45,00% | 50 | -13,79% |
| Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido | 34 | 41 | 20,59% | 41 | 0,00% |
| TOTAL | 413 | 360 | -12,83% | 352 | -2,22% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos* e em relação aos pendentes de julgamento**

| Processos solucionados em relação aos distribuídos | | | | | |
|--|---------|---------|--------------------|------------------|--------------------|
| | 2014 | 2015 | Variação 2014-2015 | 2016 (até 30.06) | Variação 2015-2016 |
| São Borja – 01ª Vara | 100,64% | 103,78% | 3,12% | 102,85% | -0,89% |
| Unidades similares* | 88,89% | 92,94% | 4,56% | 89,66% | -3,53% |
| TRT4 - 1ª Instância | 85,92% | 89,11% | 3,72% | 89,05% | -0,07% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 103,78% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se um aumento de 3,12% no desempenho do ano anterior. O índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4, em 10,84 e 14,67 pontos percentuais, respectivamente.

| Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento | | | | | |
|---|--------|--------|--------------------|------------------|--------------------|
| | 2014 | 2015 | Variação 2014-2015 | 2016 (até 30.06) | Variação 2015-2016 |
| São Borja – 01ª Vara | 64,65% | 68,27% | 5,59% | 53,22% | -22,05% |
| Unidades similares* | 63,53% | 66,05% | 3,96% | 49,66% | -24,81% |
| TRT4 - 1ª Instância | 55,82% | 55,20% | -1,10% | 38,53% | -30,20% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

** Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados pela Vara do Trabalho de São Borja foi de 68,27% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 5,59% superior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho foi similar à média das demais unidades da mesma faixa de movimentação processual, superando-a apenas em 2,22 pontos percentuais, bem como foi maior que a média de toda a 4ª Região em 13,07 pontos percentuais.

3.3.3 Processos Solucionados



| Processos solucionados | | | | | | | |
|------------------------------|-----------------------------|------------|--------------|------------|--------------|------------|--------------|
| Tipo de solução | 2014 | | 2015 | | 2016 30.06) | | |
| | QTD | % | QTD | % | QTD | % | |
| Com exame de mérito | Conciliação | 352 | 44,44 | 387 | 46,97 | 183 | 46,1 |
| | Julgado procedente | 15 | 1,89 | 4 | 0,49 | 2 | 0,5 |
| | Julgado procedente em parte | 260 | 32,83 | 270 | 32,77 | 142 | 35,77 |
| | Julgado improcedente | 74 | 9,34 | 94 | 11,41 | 34 | 8,56 |
| | Extinto | 2 | 0,25 | 4 | 0,49 | 1 | 0,25 |
| | Outras decisões | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | SUBTOTAL | 703 | 88,76 | 759 | 92,11 | 362 | 91,18 |
| Sem exame de mérito | Extinto | 33 | 4,17 | 23 | 2,79 | 17 | 4,28 |
| | Arquivamento (art. 844 CLT) | 31 | 3,91 | 24 | 2,91 | 12 | 3,02 |
| | Desistência | 9 | 1,14 | 12 | 1,46 | 5 | 1,26 |
| | Outras decisões | 16 | 2,02 | 6 | 0,73 | 1 | 0,25 |
| | SUBTOTAL | 89 | 11,24 | 65 | 7,89 | 35 | 8,82 |
| TOTAL | 792 | 100 | 824 | 100 | 397 | 100 | |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

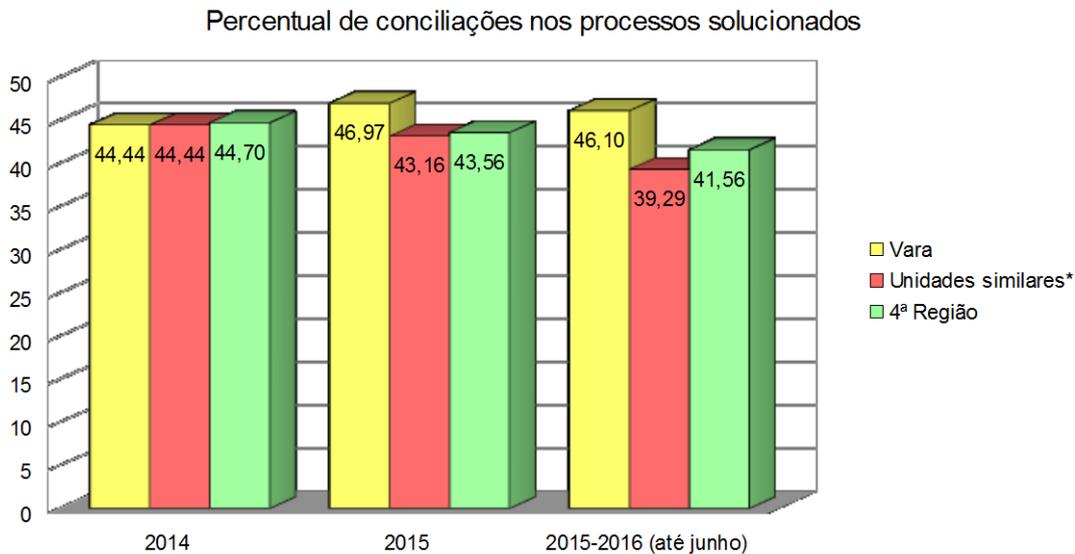
Verificou-se o aumento de 32 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2015, na comparação com o ano anterior, o que representa um acréscimo de 4,04% no resultado do último ano. Esse aumento foi inferior ao resultado das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram uma elevação média de 9,54% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2014) e também à média de todo o regional que, em 2015, apresentou um aumento de 8,19% no número de processos solucionados em relação ao ano anterior.

Dentre os tipos de solução, verificou-se aumento no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 351 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2015, esse número foi de 372 decisões, representando um aumento de 5,98%. O desempenho da Unidade nesse quesito, contudo, foi inferior ao resultado médio obtido no conjunto das demais varas similares, que alcançou 12,48%, bem como da média das unidades de primeira instância de toda a 4ª Região, que avançou 7,56%.

Ademais, a análise do quadro acima demonstra aumento do percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 352, representando 44,44% dos processos solucionados. Já em 2015, o número total de conciliações subiu para 387, correspondendo a 46,97% das soluções na fase de conhecimento – índice superior à média das unidades similares à correccionada, que foi 43,16%, e à média regional de 2015, que foi de 43,56%, conforme explicitado no gráfico que segue.



Por fim, constata-se que entre janeiro e junho do corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 46,10%, resultado superior à média das unidades com movimentação similar e à média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:



3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.4.1 Processos pendentes de liquidação

| | Liquidações | | | | |
|--------------------------------------|-------------|------------|--------------------|------------------|--------------------|
| | 2014 | 2015 | Variação 2014-2015 | 2016 (até 30.06) | Variação 2015-2016 |
| Pendentes do período anterior | 53 | 106 | 100,00% | 123 | 16,04% |
| Iniciadas | 203 | 189 | -6,90% | 99 | -47,62% |
| Encerradas | 145 | 167 | 15,17% | 125 | -25,15% |
| Pendentes | 106 | 123 | 16,04% | 94 | -23,58% |
| Em arquivo provisório | 11 | 9 | -18,18% | 9 | 0,00% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação passou de 106, em 2014, para 123, em 2015, importando em um aumento de 16,04%. Esse desempenho foi inferior ao das demais unidades com tramitação processual similar, cujo estoque sofreu redução de 6,17%, bem como ao índice de toda a primeira instância da 4ª Região, cujo acervo de processos pendentes na fase de liquidação aumentou 5,88% no período.

No primeiro semestre de 2016, entretanto, houve redução de 29 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2015 - o que



corresponde a uma queda de 23,58%, índice superior ao das unidades similares à correccionada, em que a média apresentou queda de 3,75%, e à média regional de 2015, que teve redução de 1,32%.

3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

| Liquidações encerradas em relação às iniciadas | | | | | |
|--|--------|--------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | 2014 | 2015 | Variação 2014-2015 | 2016 (até 30.06) | Variação 2015-2016 |
| São Borja – 01ª Vara | 71,43% | 88,36% | 23,70% | 126,26% | 42,90% |
| Unidades similares* | 93,49% | 93,92% | 0,46% | 93,45% | -0,49% |
| TRT4 - 1ª Instância | 88,03% | 88,43% | 0,46% | 89,52% | 1,23% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 88,36% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se um aumento de 23,70% em relação ao índice do ano anterior. Mesmo assim, o índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 5,56 pontos percentuais, mas bastante similar à média geral do TRT4.

| Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento | | | | | |
|---|--------|--------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | 2014 | 2015 | Variação 2014-2015 | 2016 (até 30.06) | Variação 2015-2016 |
| São Borja – 01ª Vara | 56,64% | 56,61% | -0,05% | 56,31% | -0,54% |
| Unidades similares* | 60,69% | 62,29% | 2,62% | 49,77% | -20,09% |
| TRT4 - 1ª Instância | 55,95% | 54,32% | -2,92% | 40,91% | -24,69% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

** Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela Vara do Trabalho de São Borja, em 2015, foi de 56,61% do número total de liquidações a encerrar – resultado praticamente idêntico ao verificado no ano anterior. Esse desempenho foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 5,68 pontos percentuais) mas mostrou-se acima da média geral do TRT4 em cerca de 2,29 pontos percentuais.

3.5 FASE DE EXECUÇÃO

3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

| | 2014 | 2015 | Variação 2014-2015 | 2016 (até 30.06) | Variação 2015-2016 |
|--|------|------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
|--|------|------|-----------------------|---------------------|-----------------------|

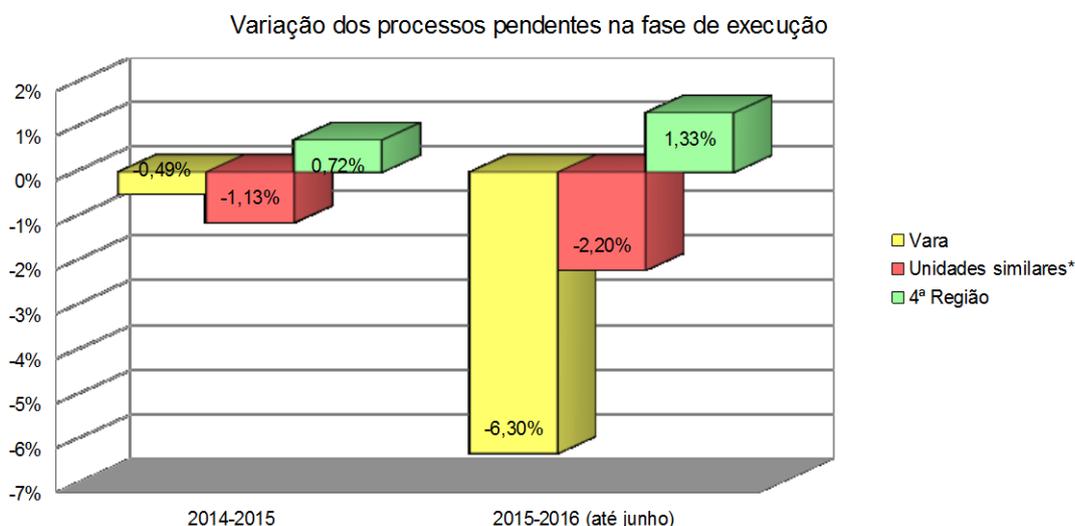


| | | | | | | |
|------------------------------------|--|------------|------------|---------------|------------|---------------|
| Entrada | Iniciadas | 348 | 319 | -8,33% | 193 | -39,50% |
| | Desarquivadas para prosseguimento | 896 | 81 | -90,96% | 15 | -81,48% |
| Saídas | Encerradas | 497 | 351 | -29,38% | 184 | -47,58% |
| | Arquivadas Provisoriamente | 77 | 57 | -25,97% | 63 | 10,53% |
| Pendentes | Exclusivamente crédito previdenciário | 9 | 11 | 22,22% | 7 | -36,36% |
| | Demais | 804 | 798 | -0,75% | 751 | -5,89% |
| | Total | 813 | 809 | -0,49% | 758 | -6,30% |
| Saldo no arquivo Provisório | | 1.302 | 1.276 | -2,00% | 1.321 | 3,53% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

Em 2015, o estoque de execuções pendentes na Unidade manteve-se praticamente igual ao ano anterior.

Os dados colhidos no período de janeiro a junho de 2016 apontam uma queda de 6,30% no estoque de processos pendentes na fase de execução, resultado superior à média regional no mesmo período, que avançou 1,33% no semestre.



3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

| Execuções encerradas em relação às iniciadas | | | | | |
|--|---------|---------|-------------------|------------------|-------------------|
| | 2014 | 2015 | Varição 2014-2015 | 2016 (até 30.06) | Varição 2015-2016 |
| São Borja – 01ª Vara | 142,82% | 110,03% | -22,96% | 95,34% | -13,35% |
| Unidades similares* | 101,01% | 73,58% | -27,16% | 57,59% | -21,72% |



| | | | | | |
|---------------------|--------|--------|---------|--------|---------|
| TRT4 - 1ª Instância | 95,90% | 80,03% | -16,54% | 71,19% | -11,05% |
|---------------------|--------|--------|---------|--------|---------|

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 110,03% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma diminuição de 22,96% em relação ao índice do ano anterior. Ainda assim, o índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 36,45 e 30 pontos percentuais, respectivamente.

| Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento | | | | | |
|---|--------|--------|----------------------|---------------------|----------------------|
| | 2014 | 2015 | Varição 2014-2015 | 2016 (até 30.06) | Varição 2015-2016 |
| São Borja – 01ª Vara | 15,40% | 14,42% | -6,37% | 8,08% | -43,99% |
| Unidades similares* | 18,32% | 16,44% | -10,26% | 8,75% | -46,77% |
| TRT4 - 1ª Instância | 15,51% | 15,39% | -0,79% | 8,97% | -41,73% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

** Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas pela Unidade em 2015 foi de 14,42% do número total de execuções a encerrar – resultado 6,37% menor que o verificado no ano anterior. Esse desempenho foi um pouco abaixo da média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4, com variações de 2,02 e 0,97 pontos percentuais.

3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

| BNDT | | | | | |
|--|--------------|--------------|----------------------|---------------------|----------------------|
| | 2014 | 2015 | Varição 2014-2015 | 2016 (até 30.06) | Varição 2015-2016 |
| (B) Processos com Inclusão de Devedor no BNDT | 299 | 253 | -15,38% | 126 | -50,20% |
| (C) Processos com Exclusão de Devedor no BNDT | 228 | 197 | -13,60% | 101 | -48,73% |
| (D) Processos com Devedores Inscritos no BNDT | 2.067 | 2.076 | 0,44% | 2.080 | 0,19% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das



Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela Vara do Trabalho de São Borja, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.06.2014 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 30.06.2016. Dessa consulta, **não resultaram processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT.

3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

| | Incidentes processuais | | | | | | | | |
|---|------------------------|------------|----------------|----------------|------------|----------------|------------------|-----------|----------------|
| | 2014 | | | 2015 | | | 2016 (até 30.06) | | |
| | Rece- bidos | Julgados | Pen- dentes | Rece- bidos | Julgados | Pen- dentes | Rece- bidos | Julgados | Pen- dentes |
| Embargos de declaração | 112 | 99 | 40 | 101 | 127 | 15 | 34 | 37 | 11 |
| Antecipações de tutela | 39 | 39 | 3 | 30 | 32 | 1 | 30 | 28 | 1 |
| Impugnações à sentença de liquidação | 3 | 2 | 6 | 5 | 8 | 4 | 4 | 2 | 6 |
| Embargos à execução | 67 | 100 | 22 | 63 | 56 | 20 | 50 | 23 | 46 |
| Embargos à arrematação | 5 | 2 | 3 | 1 | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Embargos à adjudicação | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Exceções de pré-executividade | 3 | 4 | 5 | 5 | 8 | 3 | 2 | 2 | 3 |
| TOTAL | 229 | 246 | 79 | 205 | 237 | 43 | 120 | 92 | 67 |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 205 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a um recuo de 10,48% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados diminuiu 3,66% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 246 para 237. O número total de incidentes processuais pendentes de decisão, no entanto, recuou de 79, em 2014, para 43 processos em 31.12.2015, representando uma variação de 45,57%. Destaca-se, por fim, que, no primeiro semestre de 2016, o total de



incidentes processuais pendentes de decisão era de 67 processos, saldo 55,81% maior que o do final do período anterior; os embargos à execução eram a espécie com maior percentual (68,66%) dos incidentes ainda pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses e não estão adequadamente solucionados no sistema por motivos variados: seja pela inexistência de conclusão ao juiz para decisão, seja pela falta de lançamento do registro da decisão para a baixa da pendência do incidente no sistema informatizado, seja, ainda, pela escolha equivocada de andamentos no sistema para fazer a conclusão e a solução dos incidentes, tal como se demonstra no exemplo que segue:

| 1 | 0010046-33.2014.5.04.0871 |
|---|---------------------------|
| Em 01.10.2015 foram opostos embargos de declaração pelo reclamante. Em 12.11.2015 os autos foram conclusos para despacho/decisão, tipo Embargos de Declaração. Ainda que tenham sido expedidas notificações de sentença em 13.11.2015, o processo não foi solucionado no sistema, motivo pelo qual continua como pendente. | |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 28.07.2016)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

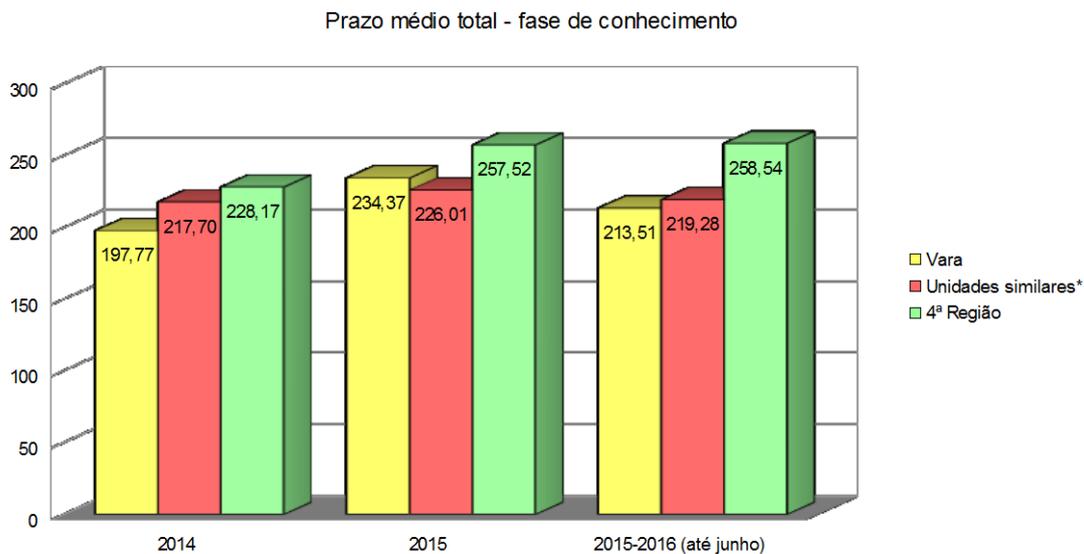
| | | Prazos médios (em dias) | | | | |
|--|------------------------------|-------------------------|---------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | | 2014 | 2015 | Variação 2014-2015 | 2016 (até 30.06) | Variação 2015-2016 |
| Do ajuizamento da ação à prolação da sentença | Média Sumaríssimo | 84,78 | 149,43 | 76,26% | 56,25 | -62,36% |
| | Média Ordinário | 210,82 | 245,31 | 16,36% | 225,71 | -7,99% |
| | Média Geral | 197,77 | 234,37 | 18,51% | 213,51 | -8,90% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

No ano de 2015, o prazo médio total decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na Vara do Trabalho de São Borja apresentou elevação de 18,51%, passando de 197,77 para 234,37 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou aumento de 76,26% em relação à média do ano anterior, passando de 84,78 para 149,73 dias; por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 245,31 dias, período esse 16,36% maior que o do ano de 2014. Registra-se, ainda, que os dados estatísticos colhidos entre janeiro e junho de 2016 apontam uma queda de 8,90% no prazo médio de tramitação na fase de conhecimento, o qual totalizou 213,51 dias ao final do referido período.



Nesse cenário, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 3,7% maior (8,36 dias) que a média das unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 8,99% mais curto (23,15 dias) que a média de todas as Unidades de 1ª instância do TRT4. Outrossim, os dados do primeiro semestre de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de conhecimento foi 2,63% menor (5,77 dias) que as demais Unidades Similares e 17,42% menor (45,03 dias) que o da 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

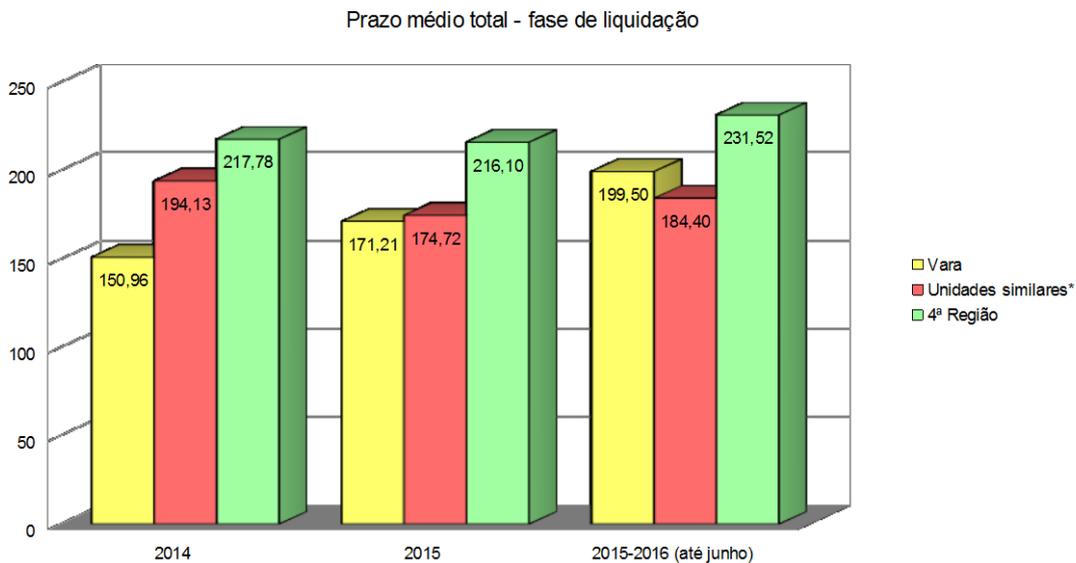
| Prazos médios (em dias) | | | | | | |
|---|----------------------|---------------|---------------|-----------------------|---------------------|---------------------------|
| | | 2014 | 2015 | Variação 2014-2015 | 2016 (até 30.06) | Variação 2015- 2016 |
| Do início ao encerramento da liquidação | Média Sumaríssimo | 96 | 95,27 | -0,76% | 204,13 | 114,27% |
| | Média Ordinário | 152,61 | 179,28 | 17,48% | 199,12 | 11,07% |
| | Média Geral | 150,96 | 171,21 | 13,41% | 199,5 | 16,53% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 95,27 dias, praticamente igual à média de prazo do ano anterior. Já no rito ordinário, o prazo médio, em 2015, alcançou 179,28 dias, prazo este 17,48% maior que o de 2014. A seu turno, os dados do ano de 2016, colhidos de janeiro a junho, apontam uma significativa tendência de elevação do prazo médio entre o início e o encerramento da liquidação em relação ao rito sumaríssimo (114,27%) e um pequeno aumento (11,07%) no que diz respeito ao ordinário.



Na comparação com as demais unidades, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 2,01% menor (3,51 dias) que o de todas as Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de movimentação processual e 20,77% menor (44,89 dias) na comparação com a média da 1ª instância de toda a 4ª Região. Outrossim, os dados do período de janeiro a junho de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de liquidação foi 8,19% maior (15,1 dias maior) que as demais Unidades Similares e 13,83% menor (32,02 dias) que o prazo médio verificado em toda a 4ª Região, conforme apontado no gráfico abaixo.



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

| | | Prazos médios (em dias) | | | | |
|---------------------------------------|--------------------|-------------------------|--------|-------------------|------------------|-------------------|
| | | 2014 | 2015 | Varição 2014-2015 | 2016 (até 30.06) | Varição 2015-2016 |
| Do início ao encerramento da execução | Média Ente privado | 280,50 | 425,06 | 51,54% | 443,46 | 4,33% |
| | Média Ente público | 772,44 | 465,38 | -39,75% | 692,34 | 48,77% |
| | Média Geral | 340,13 | 426,30 | 25,33% | 469,20 | 10,06% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado se trata de ente privado, elevou-se de 280,50 dias, em 2014, para 425,06 dias, em 2015. Entre janeiro e junho de 2016, a média sofreu novo aumento para 443,46 dias, prazo 4,33% maior que o verificado no período anterior.

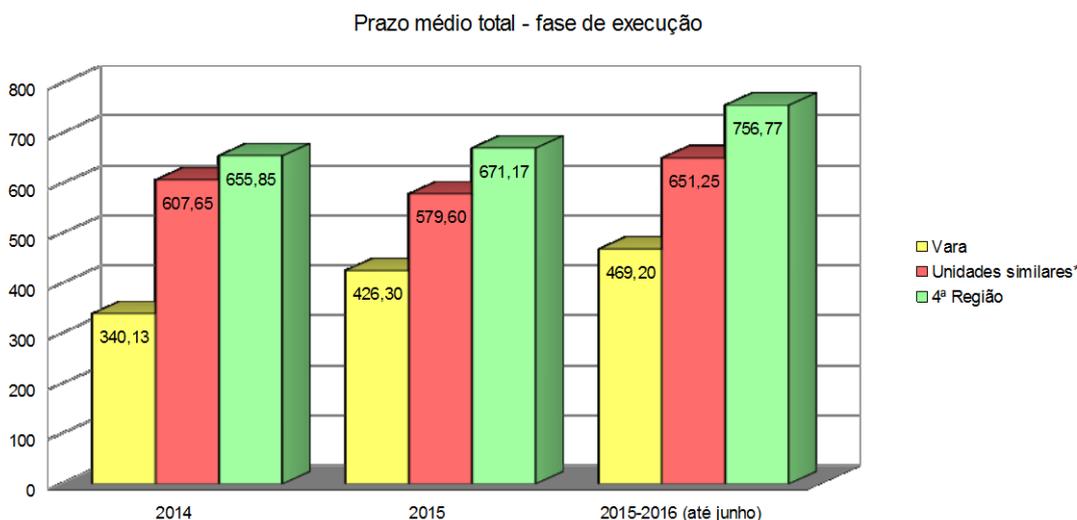
Nas ações em que o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução diminuiu de 772,44 dias, em 2014, para 465,38,



em 2015, o que representa um recuo de 39,75%. No primeiro semestre de 2016, o lapso de tramitação sofreu nova elevação para 692,34 dias, com aumento de 48,77% na comparação com os dados de 2015.

Na comparação com o desempenho das demais unidades em 2015, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na Unidade foi 153,30 dias menor que o das unidades semelhantes e 244,87 dias menor que a média de toda a 4ª Região. Sinala-se que as diferenças verificadas, tanto em relação às unidades de porte semelhante quanto em comparação com a média geral do TRT4, vêm sendo reduzidas, o que pode ser atribuído a um crescimento mais acentuado dos prazos da Unidade na comparação com o crescimento verificado nos prazos das demais unidades de mesmo porte e de todo o TRT4.

Finalmente, verifica-se que nesses seis primeiros meses de 2016, o prazo médio da Unidade foi 27,95% menor (182,04 dias) que a média das demais Unidades com movimentação processual similar e 38% menor (287,57 dias) que o prazo apurado em toda a primeira instância da 4ª Região.



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.1.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

| META 1/2015 CNJ | | | |
|-----------------------------|-----------------------------|---------|---------------|
| Distribuídos até 31.12.2015 | Solucionados até 31.12.2015 | % | Resultado |
| 794 | 824 | 103,78% | Meta Cumprida |

5.1.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.



| META 2/2015 CNJ | | | |
|---------------------------------------|--|--------|---------------|
| Processos não julgados até 31.12.2013 | Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015 | % | Resultado |
| 438 | 434 | 99,09% | Meta cumprida |

5.1.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

| META 5/2015 CNJ | | | |
|---------------------------------|-----------------------------|---------------------|---------------|
| Casos novos de execução em 2015 | Execuções baixadas* em 2015 | Grau de Cumprimento | Resultado |
| 312 | 349 | 111,86% | Meta cumprida |

* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.1.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

| META 6/2015 CNJ | | | |
|---|--|---------------------|---------------|
| Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos) | Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015 | Grau de cumprimento | Resultado |
| 9 | 9 | 100,00% | Meta cumprida |

5.1.5 Meta 7: “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

| Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014 | Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014 | Acervo de processos tramitando em 31.12.2015 |
|---|---|--|
| Wms Supermercados do Brasil Ltda. | 12 | 16 |
| Estado do Rio Grande do Sul | 2 | 8 |
| Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial) | 0 | 0 |
| Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan | 22 | 10 |
| União | 4 | 10 |
| OI S.A. | 0 | 1 |
| Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial) | 3 | 2 |



| | | |
|-------------------------------------|---|---|
| Caixa Econômica Federal - CEF | 1 | 3 |
| Banco do Brasil S.A. | 2 | 2 |
| Hospital Nossa Senhora da Conceição | 0 | 0 |

| Total em 2014 | Total em 2015 | Percentual atingido | Resultado |
|---------------|---------------|---------------------|-------------------|
| 46 | 52 | 13,04% | Meta não cumprida |

5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

| META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO | | | | |
|---|--------------------------------|--------------------------------|--|-------------------|
| Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento | Prazo médio na Unidade em 2014 | Prazo médio da Unidade em 2015 | Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015 | Resultado |
| 228,17 | 197,77 | 234,37 | 195,79 | Meta não cumprida |

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

| META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO | | | | | | |
|---|------|------|-----------------|------|----------------|-------------------|
| | 2013 | 2014 | Média 2013/2014 | 2015 | Meta para 2015 | Resultado |
| Total de acordos | 427 | 352 | 389,5 | 387 | 394 | Meta não cumprida |

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

| META 1/2016 CNJ | | | |
|-----------------------------|-----------------------------|---------|-----------------------------------|
| Distribuídos até 30.06.2016 | Solucionados até 30/06/2016 | % | Resultado parcial (até 30.06) |
| 386 | 397 | 102,85% | Indicativo de cumprimento da meta |

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.



| META 2/2016 CNJ | | | |
|---------------------------------------|---|--------|-------------------------------|
| Processos não julgados até 31.12.2014 | Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e 30.06 | % | Resultado parcial (até 30.06) |
| 409 | 398 | 97,31% | Meta já cumprida |

5.2.3 Meta 3: “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

| META 3/2016 CNJ | | | | | | |
|--------------------------------|-------|-------|-----------------|------------------|----------------|--|
| | 2013 | 2014 | Média 2013/2014 | 2016 (até 30.06) | Meta para 2016 | Resultado parcial (até 30.06) |
| Total de acordos | 427 | 352 | 389,5 | 183 | 398 | Período insuficiente para verificação do cumprimento da meta |
| Média mensal de acordos | 35,58 | 29,33 | 32,46 | 30,50 | 33,17 | |

5.2.4 Meta 5: “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

| META 5/2016 CNJ | | | |
|---------------------------------|---|---------------------|-----------------------------------|
| Casos novos de execução em 2016 | Execuções baixadas* em 2016 (até 30.06) | Grau de Cumprimento | Resultado parcial (até 30.06) |
| 193 | 205 | 106,22% | Indicativo de cumprimento da meta |

* Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pendente apenas pagamento de custas processuais.

5.2.5 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

| META 6/2016 CNJ | |
|--|------------------|
| Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução | Resultado |
| 0 | Meta já cumprida |

5.2.6 Meta 7: “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.



| Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014 | Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015 | Acervo de processos tramitando em 31.05.2016 |
|---|---|--|
| Wms Supermercados do Brasil Ltda. | 16 | 7 |
| União | 10 | 1 |
| Estado do Rio Grande do Sul | 8 | 3 |
| Caixa Econômica Federal - CEF | 3 | 1 |
| Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan | 10 | 5 |
| OI S.A. | 1 | 5 |
| Banco do Estado do Rio Grande do Sul | 3 | 1 |
| Claro S.A. | 0 | 0 |
| Hospital Nossa Senhora da Conceição | 0 | 0 |
| Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos | 0 | 2 |
| Wms Supermercados do Brasil Ltda. | 16 | 7 |

| Total em 2015 | Total em 2016 (até maio) | Percentual atingido | Resultado |
|---------------|--------------------------|---------------------|--|
| 51 | 25 | -50,98% | Indicativo de cumprimento da meta |

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às terças-feiras, pela manhã e à tarde e às quartas-feiras, alternadamente, a cada quinze dias, em face da realização de audiências no Posto de Itaqui. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

| J1 | Segunda | Terça | Quarta* | Quinta | Sexta |
|--------------|---------|-----------------------|-----------------------|--------|-------|
| Manhã | | 6 (I) 1(U) 3(P) | 6 (I) 1(U) 3(P) | | |
| Tarde | | 6 (I) 1(U) 3(P) | 6 (I) 1(U) 3(P) | | |

(Fonte: Informação do Diretor de Secretaria em 16.08.2016)



Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

O Diretor de Secretaria informou que são ajuizadas poucas ações pelo rito sumaríssimo. Disse haver, eventualmente, pauta nas quintas-feiras e que somente há audiências de conciliação na fase de execução se houver requerimento das partes. Os processos são incluídos em pauta na secretaria, não há marcação automática pelo sistema.

6.2 PAUTAS LIVRES

| Tipo | Última Data Marcada | | Próxima Data Livre | |
|------------------------|---------------------|----|--------------------|----|
| | J1 | J2 | J1 | J2 |
| Inicial | 01.09.2016 | - | 30.08.2016 | - |
| Una Sumaríssimo | 02.08.2016 | - | 24.08.2016 | - |
| Instrução | 14.03.2017 | - | 21.09.2016 | - |

(Fonte: Informação do Diretor de Secretaria em 16.08.2016)

6.3 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS INICIAIS

| Prazos médios (em dias) | | | | | | |
|-------------------------|------------------------|--|--------------------------|-----------------------|---------------------|---------------------------|
| | | 2014 | 2015 | Variação 2014-2015 | 2016 (até 30.06) | Variação 2015- 2016 |
| | | Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência | Média Sumaríssimo | 54,5 | 43,85 | -19,55% |
| | Média Ordinário | 45,91 | 39,6 | -13,74% | 225,71 | 469,90% |
| | Média Geral | 46,88 | 40,04 | -14,60% | 213,51 | 433,29% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo foi reduzido de 54,5 dias, em 2014, para 43,85 dias, em 2015 (redução de 19,56%). Outrossim, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário diminuiu de 45,91 dias, em 2014, para 39,6 dias, em 2015 (queda de 13,74%). O prazo médio, assim, totalizou 40,04 dias ao final do ano de 2015, registrando queda de 14,60% em relação ao ano anterior.

Sinala-se que os dados parciais do ano de 2016, colhidos no período de janeiro a junho, apontam elevação do prazo dos processos distribuídos pelo rito sumaríssimo para 56,25 dias (variação de 28,29%) e também no rito ordinário, o qual registrou, ao fim de junho, prazo médio de 225,71,51 dias (acréscimo de 469,90%).



É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada.

Em consulta ao livro pauta no momento da inspeção, as pautas efetivamente disponíveis apresentam prazo médio inferior ao apontado pelo sistema e-Gestão.

6.4 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO

| Prazos médios (em dias) | | | | | | |
|---|------------------------------|--------------|--------------|-----------------------|---------------------|---------------------------|
| | | 2014 | 2015 | Variação 2014-2015 | 2016 (até 30.06) | Variação 2015- 2016 |
| Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução | Média Sumaríssimo | 51,08 | 29,06 | -43,11% | 204,13 | 602,37% |
| | Média Ordinário | 194,72 | 174,03 | -10,63% | 199,12 | 14,42% |
| | Média Geral | 179,4 | 156,7 | -12,65% | 199,50 | 27,32% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo, quando necessárias, tiveram o prazo reduzido de 51,08 dias, em 2014, para 29,06 dias, em 2015 (queda de 43,11%). Por sua vez, no rito ordinário, foi registrado recuo do prazo médio de 194,72 dias, em 2014, para 174,03 dias, em 2015 (queda de 10,63%). Por fim, os dados parciais do primeiro semestre deste ano, sinalizam uma tendência de crescimento dos prazos das audiências de instrução, tanto no rito sumaríssimo quanto no rito ordinário, destacando-se que o prazo médio para os processos do rito sumaríssimo chegou a 204,13 dias.

Em consulta ao livro pauta no momento da inspeção, as pautas efetivamente disponíveis apresentam prazo médio inferior ao apontado pelo sistema e-Gestão.

6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

| 2015 | | | | | |
|------------------------|------------|------------|-----------|-------------|--------------|
| Juiz (a) | Inicial | Instrução | Una | Conciliação | TOTAL |
| Adair João Magnaguagno | 717 | 580 | 77 | 22 | 1.396 |
| TOTAL | 717 | 580 | 77 | 22 | 1.396 |

| 2016 (até 30.06) | | | | | |
|------------------------|---------|-----------|-----|-------------|------------|
| Juiz (a) | Inicial | Instrução | Una | Conciliação | TOTAL |
| Adair João Magnaguagno | 312 | 222 | 22 | 10 | 566 |



| | | | | | |
|--------------|------------|------------|-----------|-----------|------------|
| TOTAL | 312 | 222 | 22 | 10 | 566 |
|--------------|------------|------------|-----------|-----------|------------|

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

6.6 ADIAMENTO DE PAUTA

Eventuais adiamentos de pautas deverão ser comunicados à Corregedoria Regional, para fins informativos, conforme previsto no art. 4º, § 8º do Provimento nº 250/2016, da Corregedoria Regional.

6.7 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constatase que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.8 PROCESSOS SOLUCIONADOS

| Juiz (a) | 2015 | | | | | |
|--------------------------------|---------------------|------------|-----------------|------------|---------------------|---------------------------------|
| | Com exame de mérito | | | | Sem exame de mérito | Total de processos solucionados |
| | Conciliações | Julgados | Outras decisões | TOTAL | TOTAL | |
| ADAIR JOÃO MAGNAGUAGNO | 385 | 270 | 4 | 659 | 58 | 717 |
| ÁTILA DA ROLD ROESLER | 1 | 40 | 0 | 41 | 5 | 46 |
| EDUARDO BATISTA VARGAS | 0 | 1 | 0 | 1 | - | 1 |
| FERNANDO REICHENBACH | 0 | 6 | 0 | 6 | - | 6 |
| JAQUELINE MARIA MENTA | 1 | 17 | 0 | 18 | 1 | 19 |
| LAURA BALBUENA VALENTE GABRIEL | 0 | 32 | 0 | 32 | - | 32 |
| MARCELO BERGMANN HENTSCHE | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| RACHEL DE SOUZA CARNEIRO | 0 | 3 | 0 | 3 | - | 3 |
| TOTAL | 387 | 369 | 4 | 760 | 65 | 825 |

| Juiz (a) | 2016 (até 30.06) | | | | | |
|------------------------|---------------------|----------|-----------------|-------|---------------------|---------------------------------|
| | Com exame de mérito | | | | Sem exame de mérito | Total de processos solucionados |
| | Conciliações | Julgados | Outras decisões | TOTAL | TOTAL | |
| ADAIR JOÃO MAGNAGUAGNO | 179 | 176 | 1 | 356 | 33 | 389 |
| ÁTILA DA ROLD ROESLER | - | 1 | 0 | 1 | - | 1 |



| | | | | | | |
|--------------------------|------------|------------|----------|------------|-----------|------------|
| JAQUELINE MARIA MENTA | 4 | 0 | 0 | 4 | 2 | 6 |
| RACHEL DE SOUZA CARNEIRO | - | 1 | 0 | 1 | - | 1 |
| TOTAL | 183 | 178 | 1 | 362 | 35 | 397 |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

6.9 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS

Esta Corregedoria dá ênfase às sentenças não proferidas no prazo de 50 dias, em atenção ao §3º do art. 6º da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e ao processo de Consulta 5202-74.2016.5.00.0000 do CSJT.

| Juiz(a) | Tipo de Incidente | Quantidade |
|-------------------------------------|--------------------------------------|------------|
| Juiz Titular Adair João Magnaguagno | Processos de cognição | 32 |
| Juiz Titular Adair João Magnaguagno | Impugnações à sentença de liquidação | 03 |
| Juiz Titular Adair João Magnaguagno | Embargos à execução | 06 |
| Total: 41 processos | | |

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 15.08.2016.)

7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES e OFÍCIOS

As notificações e os ofícios urgentes são realizadas de imediato, assim que publicado o despacho. Nos demais casos, as notificações são expedidas em, no máximo, 3 dias da determinação. Os ofícios são expedidos uma vez por semana.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, AUTORIZAÇÕES JUDICIAIS, PRECATÓRIOS E RPVs

Mandados e autorizações judiciais são expedidos em até cinco dias após a assinatura do despacho. Às vezes, em função do volume e da complexidade, pode demorar um pouco mais de tempo para a expedição.

Há poucos Precatórios e Requisições de Pequeno Valor, os quais são expedidos de imediato, no mesmo dia da determinação.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Os alvarás são expedidos no mesmo dia da determinação.

7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO

A unidade recebe, em média, 40 petições por dia entre processos físicos e eletrônicos - 35% de eletrônicos e 65% físicos. No dia da inspeção estavam sendo analisadas as petições protocoladas no dia anterior, 15.08.2016.



7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Nos processos físicos, o prazo é certificado uma vez por semana (na data da correição estava sendo certificado o prazo do dia 05.08.2016). Nos processos eletrônicos, a certificação do prazo é feita diariamente.

7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Os processos físicos são remetidos ao TRT uma vez por semana.

7.7 CONVÊNIOS

A unidade utiliza os convênios BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SERASAJUD. O próprio Diretor realiza as consultas uma vez por semana.

7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

O arquivamento de processos é feito mensalmente.

7.9. EXECUÇÃO REUNIDA

A Unidade tem poucas execuções reunidas, mas as existentes são bastante volumosas, envolvem um grande número de processos. Nos processos reunidos não é registrado o andamento de *extinção da execução* mas sim o andamento de *execução reunida*.

7.10 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

A inscrição no BNDT é feita logo após o resultado do convênio BacenJud, e a retirada ocorre no momento do despacho que libera os alvarás.

7.11 EXAME DOS LIVROS

7.11.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

| | Processo | Prazo |
|---|---------------------------|------------|
| 1 | 0000105-25.2015.5.04.0871 | 18.07.2016 |
| 2 | 0000130-14.2010.5.04.0871 | 25.07.2016 |
| 3 | 0045300-48.2006.5.04.0871 | 26.07.2016 |
| 4 | 0000318-31.2015.5.04.0871 | 27.07.2016 |
| 5 | 0032000-48.2008.5.04.0871 | 29.07.2016 |

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.08.2016)

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, embora estejam vencidos os prazos de devolução de autos há mais de 10 dias, há visível empenho (despachos proferidos, expedição de notificações e mandados de busca apreensão de autos) pela Unidade Judiciária para a cobrança e devolução desses processos.

7.11.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias



| | Processo | Prazo |
|---|---------------------------|------------|
| 1 | 0000146-60.2013.5.04.0871 | 30.11.2015 |
| 2 | 0000145-75.2013.5.04.0871 | 07.03.2016 |
| 3 | 0000565-17.2012.5.04.0871 | 02.05.2016 |
| 4 | 0000071-84.2014.5.04.0871 | 18.07.2016 |
| 5 | 0000143-08.2013.5.04.0871 | 26.07.2016 |

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em.15.08.2016)

Conforme informado pelo Diretor, os processos em carga com peritos e com prazos vencidos são cobrados por e-mail.

7.11.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR (25.05.2016)

| | Carga OJ | Processo | Prazo |
|---|--------------|---------------------------|------------|
| 1 | 871-00152/16 | 0000004-85.2015.5.04.0871 | 12.07.2016 |
| 2 | 871-00158/16 | 0000352-06.2015.5.04.0871 | 28.07.2016 |

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.08.2016)

Há apenas 01 Oficial de Justiça lotado na unidade, o qual também atende o PAJT de Itaquí. A extensão territorial da jurisdição, que abrange cinco municípios, é de 11.000 km², uma das maiores do Estado. Evidente que a área de responsabilidade do Oficial de Justiça é muito grande; nessa condição de trabalho, o Oficial vê-se compelido a priorizar o cumprimento de medidas urgentes, o que tem feito a contento. Mesmo nessas condições, é ínfimo o número de mandados em carga com prazo superior a 10 dias.

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Vice-Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 15.08.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **312 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

| | |
|---|---------------------------------------|
| 1 | Processo nº 0000226-58.2012.5.04.0871 |
|---|---------------------------------------|



Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: Nada a apontar.

Movimentação Processual: Nada a apontar

2

Processo nº 0000613-10.2011.5.04.0871

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: Nada a apontar.

Movimentação Processual: Nada a apontar

3

Processo nº 0000026-22.2010.5.04.0871

Fase: Solucionado

Aspectos Gerais dos autos: Nada a apontar

Movimentação Processual: Nada a apontar

4

Processo nº 0000031-05.2014.5.04.0871

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL: Demora no impulso processual – entre o cumprimento da decisão da fl. 93 e a certificação de que restaram frustradas as tentativas de penhora por meio do sistema Bacen-Jud (fl.100).

5

Processo nº 0000439-93.2014.5.04.0871

Fase: Conhecimento

Aspectos Gerais dos autos: Recibos juntados após as petições as quais que se referem (fls. 131, 163, 167), fora da ordem cronológica.

Movimentação Processual: Demora no impulso processual: expedida carta precatória notificatória, em 11-5-2015 (fl.123), foram solicitadas informações sobre o seu andamento somente em 21-10-2015 (fl.142). Interposto recurso ordinário, em 26-5-2015, as partes foram notificadas para contra-arrazoar em 8-10-2015, enviados os autos ao TRT somente em 5-11-2015.

6

Processo nº 0000368-62.2012.5.04.0871

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: Nada a apontar.

Movimentação Processual: Demora no impulso processual: após o encaminhamento da certidão de cálculos ao Juízo Auxiliar de Conciliação, em 6-10-2015 (fl.376), o processo somente teve novo impulso em 18-2-2016 (fl.378).

7

Processo nº 0000139-68.2013.5-04.0871



Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: Termo de encerramento do segundo volume registra número de folhas que não condizem com a realidade (art. 72. §1º, da CPCR)

Movimentação Processual: Demora no impulso processual: processo sem andamento de dezembro de 2015 (fl.441) a 17-3-2016 (fl.443)

8

Processo nº 0000527-34.2014.5.04.0871

Fase: Solucionado

Aspectos Gerais dos autos: Nada a apontar.

Movimentação Processual: Nada a apontar.

9

Processo nº 0000024-13.2014.5.04.0871

Fase: Liquidação

Aspectos Gerais dos autos: Ausência de informação imprescindível no termo de carga: não consta o prazo para devolução dos autos (fl. 342; art. 53, VI, da CPCR)

Movimentação Processual: Nada a apontar.

10

Processo nº 0012900-44.2007.5.04.0871

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: Ausência de informação imprescindível nos termos de carga: não consta o prazo para devolução dos autos (fl. 458, 476, 497; art. 53, VI, da CPCR). Termo de juntada (fl.481 v) não consigna os documentos que acompanham o ofício (fls.482-490).

Movimentação Processual: Nada a apontar.

* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2015.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as **práticas irregulares** da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 15.08.2016.

| Ausência de andamento de suspensão de processo – Processos Exemplos: | |
|--|---------------------------|
| 0000473-73.2011.5.04.0871 | 0101900-55.2007.5.04.0871 |
| | |
| Registros desatualizados – Processos Exemplos: | |
| 0000286-65.2011.5.04.0871 | 0000135-31.2013.5.04.0871 |
| 0024700-74.2004.5.04.0871 | 0000092-31.2012.5.04.0871 |
| 0000153-86.2012.5.04.0871 | 0000082-84.2012.5.04.0871 |



| | |
|---------------------------|---------------------------|
| 0000109-67.2012.5.04.0871 | 0000165-66.2013.5.04.0871 |
| 0000071-21.2013.5.04.0871 | 0000078-47.2012.5.04.0871 |
| 0000254-26.2012.5.04.0871 | 0000191-35.2011.5.04.0871 |
| 0000237-19.2014.5.04.0871 | 0000074-39.2014.5.04.0871 |
| 0000268-73.2013.5.04.0871 | 0000269-58.2013.5.04.0871 |
| 0000462-10.2012.5.04.0871 | 0000473-73.2011.5.04.0871 |

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Conforme informação do Diretor de Secretaria a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de que trata do pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal. Salienta-se que a referida Consolidação vigeu até 15.03.2016, por quase todo o período correccionado. De todo modo, a nova Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 26, I, repete “*ipsis litteris*” o art. 18, I, supracitado.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Segundo informação do Diretor de Secretaria, o Juiz **ordena** a pronta liberação do depósito em favor do credor quando da homologação dos cálculos (o valor do depósito recursal é deduzido da conta e o devedor citado pelo valor líquido).

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Por ocasião da correição, o Diretor de Secretaria informou que o Juiz, atualmente, quando da desconsideração da personalidade da empresa executada, determina a utilização do convênio BacenJud em relação ao sócio para, após, citá-lo.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 03.09.2013.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente no dia 15.08.2016, ocasião em que o acervo processual da Vara do Trabalho de São Borja contava



com 304 processos na fase de conhecimento, 8 processos na fase de liquidação, 23 processos na fase de execução e 200 processos arquivados.

| Agrupadores | Quantidade de Processos |
|---|-------------------------|
| Processos com petições avulsas | 2 |
| Processos com Habilitações nos Autos Não Lidas | 5 |
| Processos com petições não apreciadas | 26 |
| Mandados devolvidos pelo Oficial de Justiça | 1 |
| Processos com audiências não designadas | 4 |
| Processos aguardando encaminhamento do secretário de audiência (atas assinadas) | 1 |

| Pasta | Subpastas | Quantidade de Processos | Mais antigo | Data |
|--|---|-------------------------|---------------------------|------------|
| Aguardando cumprimento de providência | Aguardando Cumprimento de Providência - 2016 - 08 (agosto) - 01 a 10 | 7 | 0020170-07.2016.5.04.0871 | 27.05.2016 |
| Aguardando apreciação pela instância superior | Conhecimento | 10 | 0020061-27.2015.5.04.0871 | 09.03.2016 |
| Aguardando audiência | Conhecimento | 150 | 0020173-93.2015.5.04.0871 | 25.11.2015 |
| Aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos | Aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos - 2016 - 08 (agosto) - 11 a 20 | 20 | 0020025-82.2015.5.04.0871 | 08.10.2015 |
| Aguardando Término de prazo | Conhecimento | 34 | 0020500-04.2016.5.04.0871 | 28.07.2016 |
| Analisar Despacho | Analisar Despacho - ADAIR JOAO MAGNAGUAGNO | 1 | 0020557-22.2016.5.04.0871 | 13.08.2016 |
| Análise de Perícias | Análise das Perícias - 2016 - 08 (agosto) - 21 a 31 | 27 | 0020337-24.2016.5.04.0871 | 27.06.2016 |



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | | |
|--|--|----|---------------------------|------------|
| Análise do Conhecimento | Conhecimento | 1 | 0020051-80.2015.5.04.0871 | 08.08.2016 |
| Minutar Decisão | Conhecimento | 2 | 0020423-92.2016.5.04.0871 | 02.08.2016 |
| Minutar sentença | Conhecimento | 42 | 0020118-45.2015.5.04.0871 | 01.06.2016 |
| Prazos Vencidos | Conhecimento | 3 | 0020048-91.2016.5.04.0871 | 04.08.2016 |
| Preparar Comunicação | Conhecimento | 6 | 0020010-16.2015.5.04.0871 | 10.08.2016 |
| Triagem Inicial | Triagem Inicial - Aparicio 0, 1 e 6 | 2 | 0020550-30.2016.5.04.0871 | 12.08.2016 |
| Aguardando Término dos prazos | Liquidação | 6 | 0020075-11.2015.5.04.0871 | 29.07.2016 |
| Análise de Liquidação | Liquidação | 1 | 0020187-77.2015.5.04.0871 | 15.08.2016 |
| Prazos Vencidos | Liquidação | 1 | 0020156-57.2015.5.04.0871 | 11.08.2016 |
| Aguardando Cumprimento de Providência - Exec | - Aguardando Cumprimento de Providência - Exec - Aguardando leilão 30-08-16 | 7 | 0020140-69.2016.5.04.0871 | 15.07.2016 |
| Aguardando cumprimento de acordo ou pagamento | Aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos - 2016 - 10 (outubro) - 01 a 10 | 3 | 0020175-63.2015.5.04.0871 | 20.06.2016 |
| Aguardando término dos prazos | Execução | 6 | 0020060-42.2015.5.04.0871 | 08.06.2016 |
| Analisar Despacho - Exec | Analisar Despacho - Exec - ADAIR JOAO MAGNAGUAGNO | 1 | 0020041-36.2015.5.04.0871 | 12.08.2016 |
| Análise de Execução | Execução | 2 | 0020030-07.2015.5.04.0871 | 09.08.2016 |
| Iniciar Execução | Execução | 3 | 0020120-15.2015.5.04.0871 | 10.08.2016 |
| Prazos Vencidos | Execução | 2 | 0020090-77.2015.5.04.0871 | 02.08.2016 |



Para apontamentos específicos quanto ao andamento/movimentação processual, foram selecionados e analisados os seguintes processos entre os dias 04.08.2016:

| | |
|--|--|
| 1 | Processo nº 0020173-93.2015.5.04.0871 |
| Fase: Conhecimento Movimentação Processual: demora no impulso processual – após o retorno de notificação devolvida pela ECT em 07.12.2015 (ID 8bc245e), a qual havia sido remetida ao reclamado para ciência de audiência inicial, foi exarada certidão com referência à retirada do processo de pauta, indicando ainda a intimação, por telefone, do Procurador dos reclamantes nesse sentido. Todavia, não houve expedição de notificação aos reclamantes com a finalidade de fornecimento de novo endereço do reclamado ou adoção de qualquer outra medida que viabilizasse a comunicação processual. Também não é verificada nova designação de data para audiência inicial. Processo na pasta de tarefa “Aguardando audiência” desde 25.11.2015. | |
| 2 | Processo nº 0020090-77.2015.5.04.0871 |
| Fase: Execução Movimentação processual: demora no impulso processual – após a devolução do mandado de citação do executado em 09.03.2016 (ID baa0a23), foi proferido despacho em 14.03.2016 (ID 4f39f86), determinando a tentativa de bloqueio de valores mediante o convênio Bacenjud, com cumprimento efetivado em 28.03.2016 (ID 46a1dd8). | |
| 3 | Processo nº 0020085-55.2015.5.04.0871 |
| Fase: Conhecimento Movimentação processual: demora no impulso processual – após as manifestações das partes em 06.06 e 10.06.2016 (IDs fa1c1eb e 3df015b) acerca dos documentos apresentados pelo INSS, não houve cumprimento da determinação preestabelecida na audiência realizada em 10.05.2016 (ID 5078c2d) quanto à conclusão dos autos para deliberações. Processo na pasta de tarefa “Aguardando audiência” desde 10.06.2016. | |
| 4 | Processo nº 0020187-77.2015.5.04.0871 |
| Fase: Liquidação Movimentação Processual: demora no impulso processual – despacho proferido em 15.07.2016 (ID e7203cb), determinando a expedição de ofício ao Juízo Cível e notificação ao perito contábil, com cumprimento efetivado em 01.08.2016 (IDs 660f84f e 073a458). | |

O Diretor de Secretaria informou que todos os servidores atuam no PJe e que o trabalho é dividido por carteira, de acordo com a numeração final do processo.

Os processos são movimentados regularmente e, na data da inspeção, não foram constatadas irregularidades relevantes em relação aos prazos e andamentos processuais.

Há uma boa organização das pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa, que são organizadas por prazo, possibilitando uma boa visualização



e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme consulta ao cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, **não houve atuação** da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado na Unidade Judiciária.

11 OUVIDORIA

Constam na Ouvidoria deste TRT **3 expedientes** relativos à Vara do Trabalho de São Borja durante o período correccionado: 01 no ano de 2015 e 02 neste ano de 2016, abaixo listados:

| Ano | Protocolo nº | Processo nº |
|------|--------------|---|
| 2015 | 1119/2015 | Elogio pelo profissionalismo e cordialidade dos serventuários e do Juiz Adair Joao Magnaguagno. |
| 2016 | 1133/2016 | 00001145-07.2015.5.04.0871 |
| 2016 | 1374/2016 | 0000578-79.2013.5.04.0871 |

Os expedientes protocolados no ano de 2016 se referem a pedido de prolação de sentença.

12 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

O acervo processual da Vara do Trabalho de São Borja tem se mantido constante. O número de processos pendentes de solução vem reduzindo a cada ano. O percentual de acordo tem sido superior ao das unidades similares e à média geral de todo o TRT da 4ª Região. A execução também sofreu pequena redução, bem como o prazo médio de tramitação nessa fase. Em suma, a unidade se caracteriza por manter o estoque de processos num nível razoável.

O cadastro no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas continua sendo feito de forma adequada pela unidade. Não há nenhum processo com inscrição equivocada no BNDT.

A Vara do Trabalho de São Borja abrange uma grande área territorial (Garruchos, Itaqui, Maçambará, Santo Antônio das Missões e São Borja) e conta com somente um Oficial de Justiça. É uma das maiores circunscrições do estado: todos os Municípios somados chegam a uma área de 11.500 quilômetros quadrados, situação essa que não tem recebido a devida atenção por parte desse Tribunal, pois a Unidade conta com somente um Oficial de Justiça desde 25.02.2016. Os mandados a serem cumpridos são de grande complexidade



(penhora e remoções de maquinários grandes, longo tempo de cumprimento para cada mandado em face da dificuldade de localização de bens) e, em grande parte, cumpridos em zona rural. Há grande quantidade de mandados a serem cumpridos em regime de urgência, tais como notificações e Cartas Precatórias para intimação de audiências. Para tanto, o único Oficial de Justiça lotado na Unidade percorre entre 1.000 e 1.500 quilômetros por semana, boa parte em estradas sem pavimentação.

Constatou-se, na data da inspeção, que o prédio é inadequado para abrigar a secretaria da Vara tendo em vista o espaço reduzido. Inclusive o átrio não comporta a quantidade de pessoas que aguardam a audiência. A sala destinada ao arquivo é bastante precária, sendo necessário utilizar escadas para manusear os lotes de processos nas prateleiras. As perícias são feitas na sala de audiências ou na sala da OAB devido à falta de local adequado. Segundo informações constantes do Relatório de Informações sobre a edificação, enviado pela SEMPRO, a obra de construção da nova sede tem prioridade 1 no Plano de Obras 2016/2020. O projeto está em fase final de elaboração e aprovação.

Solicitou o Diretor a realização de cursos para os servidores, que poderia ser disponibilizado no Foro de Uruguiana, contemplando também aqueles servidores.

Na visita à unidade, constatou-se o alto grau de comprometimento do Diretor de Secretaria Aparício Brasil Cabral Neto, que conduz o trabalho de forma a engajar todos os servidores, propiciando um ótimo ambiente de trabalho. O Juiz Titular Adair João Magnaguagno mostrou-se bastante comprometido com a jurisdição. Destaca-se o tratamento acolhedor dispensado pelos servidores a essa equipe da Vice-Corregedoria durante a visita.

Parabeniza-se, em especial, a atuação do Oficial de Justiça Roberto Tomoyochi Kawano, pelo excepcional empenho no cumprimento dos mandados, cumprindo rigorosamente em dia os prazos processuais evitando, assim, qualquer prejuízo à pauta.

13 RECOMENDAÇÕES

Recomenda-se dar andamento de execução encerrada nos processos que estão aguardando pagamento de precatório e RPV, como, por exemplo os processos 0010400-39.2006.5.04.0871 e 0014700-35.1992.5.04.0871, dentre outros.

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

ITEM 5.1.6 (Meta do CNJ específicas da Justiça do Trabalho - 2015)



Recomenda-se que a Unidade se empenhe em promover, dentro do possível, a redução do prazo médio na fase de conhecimento, tendo em vista que não observada a diretriz definida na meta em epígrafe (item 5.1.6, a), que estabeleceu a redução em 1% do prazo médio geral nas Unidades de primeiro grau da 4ª Região.

ITEM 5.2.3 (Meta CNJ 3/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que empreenda esforços para o aumento do número de conciliações nesse ano, de forma a atingir a referida meta, tendo em vista que não observado o respectivo cumprimento da meta prevista para o ano de 2015 (item 5.1.6 “b”) com idêntico objeto.

ITEM 5.2.4 (Meta CNJ 5/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução.

ITEM 9 (Processo Judicial Eletrônico – Pje)

Observe a Secretaria as seguintes recomendações:

- a) atente para a necessidade da prática dos atos de notificação logo após a publicação dos despachos ou decisões nesse sentido.
- b) transcorrido o prazo para manifestação das partes, realize, com brevidade, o impulso processual por iniciativa do Juízo, em especial, quanto ao cumprimento de determinações preestabelecidas em despachos, decisões ou audiências já realizadas.
- c) recomenda-se que o deslocamento entre as pastas dos processos eletrônicos seja efetuado com brevidade como forma de viabilizar a efetivação célere dos atos processuais subsequentes, em especial, no que concerne aos processos com audiência já realizada e que não possuem nova data designada.

14 DETERMINAÇÕES

14.1 Secretaria

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:



a) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos embargos de declaração apresentados pelo reclamante no processo n. **0010046-33.2014.5.04.0871**.

ITENS 7.11.1 e 7.11.2 (Advogados e Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 Dias)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.11.1 e 7.11.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim.

ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) observe o que dispõe o item VI do artigo 53 da CPCR quanto ao registro do prazo de devolução dos autos;

b) observe o artigo 72, §1º, da CPCR, quando da elaboração do termo de encerramento de volume;

c) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, lançando-o, sempre que possível, no verso da folha em que houve a última movimentação processual, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR;

d) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, com brevidade, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC de 1973 e art. 228 do CPC de 2015.

ITEM 8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em 312 processos parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize os andamentos processuais abaixo exemplificados e todos que estejam em situação similar. Para tanto, registre a suspensão no inFOR, conforme determinado, nos processos de nº 0000473-73.2011.5.04.0871 e 0101900-55.2007.5.04.0871, dentre outros.

14.2 MAGISTRADOS



ITEM 6.9 (Sentenças com Prazo Excedido)

Nesta data não remanescem as pendências apontadas no item 6.9. Nada a determinar, portanto.

15 SOLICITAÇÕES PARA A ÁREA ADMINISTRATIVA/JUDICIÁRIA

Solicita-se à SEGESP informações quanto à viabilidade da realização de cursos para os servidores da Vara de São Borja, a ser disponibilizado no Foro de Uruguaiana, contemplando os servidores das duas regiões. Ressalte-se que o Diretor informou que não tem sido oferecido cursos de atualização na área do Direto e, tampouco, sobre as novas funcionalidades do PEJ.

A solicitação para que fosse lotado na unidade mais um Oficial de Justiça já foi atendida. Nada a solicitar, portanto.

15 PRAZO PARA RESPOSTA

O Diretor deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria (exclusivamente pelo *e-mail* vice_cor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

16 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Juiz Titular Adair João Magnaguagno, com o Diretor de Secretaria Aparicio Brasil Cabral Neto, com o oficial de Justiça Roberto Tomoyochi Kawano e com os servidores da Unidade Judiciária, o Vice- Corregedor esteve na Secretaria da Vara do Trabalho de São Borja, das 15h30min às 16h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Vara do Trabalho. Compareceram o Procurador do Município, Dr. Adriano Moraes e o Vice-Presidente da OAB, Subseção São Borja, Dr. Nilton Gabriel Paz Koltermann. Solicitaram agilidade na construção do novo prédio e elogiaram o profissionalismo e a cordialidade dos serventuários e do Juiz Adair Joao Magnaguagno, com menção especial ao Oficial de Justiça Roberto Tomoyochi Kawano. Compareceu, também, o advogado Paulo Molinari de Souza, para tratar de assunto relativo a andamento processual.

17 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Titular Adair João Magnaguagno, pelo Diretor de Secretaria Aparicio Brasil Cabral Neto e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, Assessora e Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

Marçal Henri Figueiredo
Vice-Corregedor Regional